

Nova fase de negociação da dívida externa

Foi iniciada na semana passada mais uma rodada de negociações com objetivo de obter uma nova reestruturação da dívida externa brasileira. Os contactos que a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, manteve em Londres, Bonn, Paris e Roma com as autoridades dos principais países industrializados da Europa e o encontro que o secretário de Política Econômica, Antônio Kandir, teve, em Washington, com autoridades do Fundo Monetário Internacional e do governo norte-americano serviram, a um só tempo, para uma sondagem mútua a respeito do melhor caminho a percorrer e para criar condições para um maior apoio político ao governo brasileiro.

As declarações encorajadoras que os interlocutores brasileiros ouviram, tanto na Europa como nos Estados Unidos, demonstram que os esforços feitos pelo governo Collor para sanear a economia brasileira estão sendo compreendidos.

Isso, no entanto, não garante que um acordo eficaz e duradouro com o Fundo Monetário Internacional, com o Clube de Paris e com os bancos privados internacionais esteja próximo e seja fácil. Na verdade, os credores têm hoje as mesmas dúvidas que todos temos sobre a real capacidade do governo de ajustar em definitivo nossa economia.

Apesar dos enormes esforços que estão sendo feitos, ainda está para ser demonstrado que o Tesouro Nacional fechará este ano com déficit zero ou, como dizem os documentos oficiais, com um superávit. E esse ponto é fundamental, porque o grande devedor é o setor público e este já não pode mais dar-se ao luxo de comprar dólares com cruzeiros obtidos ou por meio de emissões de moeda ou por meio de aumento do endividamento interno. Aliás, a revisão do Orçamento deste ano não prevê despesas superiores a 2 bilhões de dólares com o pagamento dos juros e do principal da dívida externa. E isso corresponde a aproximadamente 10% do volume de despesas previstas nesse item.

Em segundo lugar, ainda não há garantia de que o governo já ganhou a guerra contra a inflação. A ques-

tão salarial, por exemplo, permanece indefinida. O governo se dispôs a vetar o projeto de lei já aprovado nas duas casas do Congresso que prevê a reindexação dos salários até 30 mínimos, ou seja, de praticamente 90% dos salários pagos no País. Mas não está afastada a possibilidade de que, movido por interesses puramente eleitoreiros, o Congresso derrube o veto presidencial e imponha definitivamente a volta da indexação. E esse ponto é de suma importância, porque até agora não se conhece nenhum programa de controle da inflação que tenha tido êxito mantendo o regime de indexação dos salários.

Apesar disso, o governo brasileiro está partindo para as negociações com seus credores com uma pauta ambiciosa de reivindicações. Uma delas — já mencionada — é o não desembolso de recursos para pagamento de compromissos em atraso. Ora, a aceitação desse ponto de vista implicaria ou a capitalização dos juros já vencidos, hipótese até hoje jamais admitida pelos bancos internacionais, ou o empréstimo de dinheiro novo em volume recorde para o pagamento dos juros, num momento em que os bancos estão cortando ao máximo suas **exposures** ao Brasil e a outros países endividados.

A outra exigência do governo brasileiro é pura e simplesmente uma redução, **writing off**, da dívida externa com os bancos privados, baseada no pressuposto de que o próprio mercado financeiro está desvalorizando os títulos brasileiros, a uma proporção de 70% sobre seu valor de face. Obviamente, os credores dificilmente vão admitir formalmente este princípio, embora boa parte dos bancos possa estar-se preparando para engolir um calote definitivo.

Como se vê, apesar de a política econômica do governo Collor ter sido recebida com grande simpatia lá fora, não se deve esperar que esta nova fase de negociações da dívida externa seja isenta de dificuldades e de percalços.

O governo Collor deve estar preparado para ouvir exigências de um maior rigor na sua política de saneamento da economia.

JORNAL DA TARDE 24 JUL 1990